

# O debate Malatesta-Makhno sobre a questão da “Plataforma”

Renê BERTHIER

Confesso que me sinto muito desconfortável quando se trata de falar sobre Malatesta, pois, quando leio o que certos autores dizem sobre ele — geralmente militantes da corrente “especifista” ou plataformista — e comparo isso com a experiência que tenho de minhas próprias leituras, tenho a impressão de que não estamos falando da mesma pessoa. Compreendo perfeitamente que, quando se aprecia um autor, tenta-se apresentá-lo sob uma perspectiva que esteja de acordo com as próprias orientações, mas há, ainda assim, limites.

A impressão que fico com minhas leituras me leva a considerá-lo um militante extremamente dedicado, de elevado valor moral, que frequentemente desenvolve ideias repletas de um notável bom senso, mas que também tem apenas uma compreensão aproximada da classe trabalhadora.

Essa incompreensão da classe trabalhadora me apareceu ao ler os relatórios dos debates do congresso anarquista internacional de 1907.<sup>1</sup> Durante seu debate com Pierre Monatte, Malatesta se indignou que trabalhadores grevistas pudessem usar violência contra trabalhadores não grevistas durante uma greve, enquanto são explorados como os outros. Além da extrema ingenuidade de suas palavras, isso também revela a ignorância de um princípio essencial da moral proletária: *não se quebra uma greve*. O quebra-greve, por mais que seja para Malatesta “um explorado como os outros”, não deixa de ser um traidor de sua classe. Essa solidariedade de classe — pois é de *classe* que se trata, e não de “*humanidade inteira*” — é constitutiva da consciência que os trabalhadores têm (ou deveriam ter) de pertencer a uma comunidade.

Gostaria de ressaltar que essa ética proletária se manifesta muitas vezes de forma bastante acentuada em várias organizações reformistas que são, se necessário, capazes de conduzir greves muito longas, como a dos mineiros

---

1 *Anarchisme et syndicalisme: Le Congrès anarchiste international d'Amsterdam (1907)*, 1997; Éditeur(s) : Editions du monde libertaire/[Nautilus](#), Préface: Ariane Miéville/Maurizio Antonioli

britânicos que durou um ano (1984-1985) e a do jornal francês *Le Parisien Libéré*, que durou 28 meses (1975-1977).

A Federação anarquista acompanhou de perto a greve dos mineiros britânicos, criou um comitê de apoio aos grevistas, enviou delegações à Inglaterra e organizou manifestações de apoio na França. Pude constatar pessoalmente a extrema animosidade que existia em relação aos “scabs”, os não grevistas. Também percebi que não havia “hierarquia” entre aqueles que se declararam quebra-greves desde o início e aqueles que, exaustos após meses de greve, acabaram voltando ao trabalho após dez ou onze meses. *Todos eram “scabs” em grau igual*. Nesse ponto, o patronato das minas também não fazia hierarquia: quando se tratou, após a derrota dos mineiros, de demitir em massa os trabalhadores, os grevistas e os não grevistas foram demitidos sem discriminação, para grande surpresa dos “scabs” diante da ingratidão dos patrões.

Durante a greve do jornal *Le Parisien Libéré*, que durou dois anos, cada trabalhador da imprensa depositava uma parte de seu salário para apoiar os grevistas. Aqueles que acabaram se esquivando desse dever foram definitivamente colocados na lista negra. Tudo isso teria certamente chocado muito Malatesta.

É um princípio básico da ética proletária que um fura-greve desperte a hostilidade dos grevistas, ainda mais porque, caso a greve fosse bem-sucedida, todos se beneficiariam disso.

O congresso de Bourges da CGT tomou, em 1904, uma decisão marcante para a história do movimento sindical francês: a organização de uma campanha a favor da redução da jornada de trabalho. Émile Pouget apresentou uma emenda redigida nos seguintes termos:

“O Congresso dá mandato à Confederação Geral do Trabalho para organizar uma agitação intensa e crescente com o objetivo de: No dia 1º de maio de 1906, os trabalhadores cessem espontaneamente de trabalhar mais de oito horas.”

Em abril de 1906, a CGT realizou um encontro em Paris para convocar os trabalhadores estrangeiros a participar da luta pelas 8 horas, “considerando que as fronteiras existem apenas pela vontade daqueles que têm interesse em dividir os trabalhadores para explorá-los mais facilmente”.

Malatesta, que inicialmente se entusiasmou com o sindicalismo revolucionário, veio à França para assistir às manifestações do 1º de maio de 1906 pela jornada de oito horas. Ele saiu decepcionado por a CGT não ter conseguido impor essa reivindicação na primeira tentativa: ele tirou lições negativas sobre o sindicalismo em geral e sobre o sindicalismo revolucionário em particular. Ele ignorava que esse tipo de luta não poderia ser imediato e exigia, na verdade, paciência e obstinação. Essa atitude é

provavelmente mais expressiva da distância que separa Malatesta do movimento operário do que da incapacidade do sindicalismo em obter satisfação da reivindicação das oito horas.

Os próprios militantes da CGT também não se faziam ilusões. O congresso não imaginava obter satisfação já no 1º de maio de 1906. No artigo de 15 de março de 1905 mencionado, Pouget explica:

“É preciso entender que a fórmula ‘Conquista da jornada de Oito Horas’ não tem um sentido estreito e rigidamente concreto; é uma plataforma de ação que se amplia até englobar todas as condições do trabalho.

“A ‘Jornada de Oito Horas’ é, se podemos assim nos expressar, uma senha que permitirá aos trabalhadores se entenderem facilmente para uma ação conjunta a ser realizada. Essa ação consistirá em arrancar do patronato o máximo que for possível, e dependendo dos meios e das corporações, a pressão reivindicatória poderá se intensificar sobre um ou outro ponto específico das condições do trabalho. Tudo isso será subordinado aos interesses dos trabalhadores em conflito.”<sup>2</sup>

Em 1910, em “A Confederação Geral do Trabalho”, ele dirá ainda:

“Os resultados imediatos esperados não são mais do que o primeiro passo. As Oito Horas são uma oportunidade para colocar em prática a teoria da ‘ginástica revolucionária’, elas são o início do movimento que deve permitir ao proletariado mostrar (e se mostrar a si mesmo) sua força. As primeiras conquistas impostas ao patronato não podem senão incentivar os trabalhadores, ganhando confiança em si mesmos, a exigir novas conquistas. A estratégia é ainda mais eficaz pois mobiliza toda a classe trabalhadora e ‘até mesmo a massa camponesa [...] arrancada de seus preconceitos’ em torno de uma única palavra de ordem que a faz ‘vibrar em uma aspiração comum’.”

A reivindicação da jornada de oito horas, muito antiga na classe trabalhadora, não pegou os trabalhadores de surpresa; pelo contrário, chegou a tempo e mobilizou profundamente a classe trabalhadora. Os intensos preparativos da CGT assustam a burguesia durante os 18 meses que separam o congresso de Bourges de 1º de maio de 1906. Monatte e Griffuelhes são presos no final de abril, por precaução. Sessenta mil soldados são mobilizados em Paris. Jornais são alvo de buscas. No entanto,

---

2 *Ibid.* p. 375.

apesar da presença onipresente do exército, as reuniões acontecem como planejado nas empresas e na bolsa de trabalho, que está em estado de sítio. À tarde, confrontos eclodem nas ruas ao redor da Bolsa do Trabalho. Barricadas são erguidas. Ao final do dia, há 800 pessoas presas, muitos feridos e duas mortes. O mesmo acontece nas províncias. Contam-se mais de 200.000 grevistas. Na manhã de 1º de maio, 146 militantes são presos.

Esse dia de greve provocou pânico na burguesia. É falso dizer que não teve resultados, apesar da decepção de Malatesta. Se a jornada de 8 horas não foi conquistada de uma vez, muitos empregadores concederam reduções na jornada de trabalho e aumentos salariais. Já em 13 de julho, uma lei foi aprovada sobre o descanso semanal. O governo anunciou uma lei reduzindo a jornada para 10 horas, em vez das 11 a 13 horas que estavam em vigor.

A discrepância entre o Malatesta que conheço e aquele retratado por certos militantes fica muito clara quando leio um autor que escreve que “Malatesta insiste na importância da disciplina revolucionária e da unidade. Ele ressalta que, sem coordenação e compreensão mútua, a vitória é impossível”: por mais que procure, nunca encontrei esse Malatesta. E quando esse mesmo autor acrescenta que o revolucionário italiano “rejeita toda forma de disciplina cega, defendendo, ao contrário, uma disciplina baseada no compromisso mútuo e na divisão de responsabilidades”, tenho a tendência de pensar que o revolucionário italiano não rejeita apenas toda disciplina *cega*, mas também *toda disciplina*, pura e simplesmente.

É verdade que Malatesta denuncia “o erro fundamental dos anarquistas contrários à organização” que acreditam “que não há possibilidade de organização sem autoridade” e que “preferem renunciar a qualquer organização, em vez de aceitar o mínimo de autoridade”. Ele afirma, ao contrário, que “a organização, ou seja, a associação com um objetivo determinado e com as formas e os meios necessários para alcançar esse objetivo, é necessária à vida social; isso é uma evidência para nós” ... “Mas preferimos ainda assim a autoridade que incomoda e entristece a vida à desorganização que a torna impossível.”<sup>3</sup> Aqui, vemos o Malatesta pragmático, cheio de bom senso. No entanto, essas palavras permanecem, apesar de tudo, na perspectiva de um “antiautoritarismo” de caráter comportamental: a organização é inevitável, mas continua sendo intrinsecamente geradora de “autoridade”. É evidente que, a partir do momento em que os participantes de uma assembleia não são obrigados a cumprir uma decisão tomada, e nada deve limitar sua autonomia individual e sua liberdade pessoal, a questão não se coloca mais em termos de “disciplina”.

---

3 *L'Agitazione*, Ancona, 4 de julho de 1897, em: *Errico Malatesta, Artigos políticos*, 10/18, pp. 92-94.

Continuamos no caso em que o fato de assumir uma função é “autoritário”: uma pessoa que exerce um mandato é inevitavelmente “autoritária”; ela renuncia à sua soberania individual, mas também exerce uma “autoridade” sobre os outros, ou seja, ela atenta contra a soberania dos demais. Assim, nesse mesmo artigo, Malatesta cita o exemplo do maquinista e do chefe de trem, que “necessariamente têm autoridade”, mas “as pessoas sempre preferirão suportar a autoridade deles a viajar a pé”... É, de certa forma, o pragmatismo de Malatesta que o leva a admitir a ideia de que o maquinista o transporta de um lugar para outro.

Transpor a questão da “autoridade” para o maquinista equivale a qualificar de “autoritária” qualquer pessoa cuja função consista em agir, independentemente de seu campo de atuação. Como a sociedade é constituída por inúmeras circunstâncias em que inúmeras pessoas exercem inúmeras funções, deduz-se que, para não sofrer a “autoridade” de ninguém, é preciso viver como um eremita.

A leitura de uma resposta de Malatesta ao projeto de programa organizacional de Makhno e Archinov me parece extremamente significativa do grau de rigor organizacional que ele propõe: a citação é um pouco longa, lamento, mas diz muito:

“...os Congressos, em uma organização anarquista, embora sofram, como órgãos representativos, de todas as imperfeições que aponte, estão isentos de qualquer autoritarismo porque não ditam a lei; não impõem aos outros suas próprias deliberações. Eles servem para manter e ampliar as relações pessoais entre os camaradas mais ativos, para resumir e estimular o estudo de programas sobre as formas e meios de ação, para dar a conhecer a todos a situação das diversas regiões e a ação mais urgente em cada uma delas, para formular as diversas opiniões que circulam entre os anarquistas e fazer delas uma espécie de estatística; e suas decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, conselhos, propostas a serem submetidas a todos os interessados; elas só se tornam obrigatórias e executáveis para aqueles que as aceitam, na medida em que as aceitam.

“Os órgãos administrativos que nomeiam — Comissão de Correspondência, etc. — não têm nenhum poder de direção, tomam iniciativas apenas em nome daqueles que as solicitam e aprovam, não têm autoridade para impor seus próprios pontos de vista, que certamente podem defender e divulgar como grupos de camaradas, mas que não podem apresentar como opinião oficial da organização. Eles publicam as resoluções dos congressos, as opiniões e propostas que grupos e indivíduos lhes comunicam; são úteis para quem quiser

utilizá-los a fim de facilitar as relações entre os grupos e promover a cooperação entre aqueles que concordam com diversas iniciativas, mas cada um é livre para se corresponder diretamente com quem quiser ou para recorrer a outros comitês nomeados por grupos específicos.

“Em uma organização anarquista, cada membro pode professar todas as opiniões e empregar todas as táticas que não estejam em contradição com os princípios aceitos e não prejudiquem a atividade dos demais. De qualquer forma, uma determinada organização perdura enquanto as razões de união forem mais fortes do que as razões de dissolução; caso contrário, ela se dissolve e dá lugar a outros agrupamentos mais homogêneos.

“Certamente, a duração e a permanência de uma organização são condições para o sucesso na longa luta que temos de travar e, por outro lado, é natural que toda instituição aspire, por instinto, a perdurar indefinidamente. Mas a duração de uma organização libertária deve ser consequência da afinidade espiritual de seus membros e das possibilidades de adaptação de sua constituição às mudanças das circunstâncias; quando ela não for mais capaz de cumprir uma missão útil, o melhor é que ela desapareça.”<sup>4</sup>

Se analisarmos minuciosamente tudo o que o congresso deveria fazer, segundo Malatesta, deduz-se que ele foi concebido para impedir qualquer tomada de decisão e proibir a menor ação. Essa definição do papel de uma organização é, na verdade a definição mais longa que se pode encontrar para uma caixa de correio. Gostaria de acrescentar que a noção de ação, implícita na definição que Malatesta dá de um congresso, desqualifica radicalmente o anarquista italiano como “discípulo” ou “sucessor” de Bakunin.

Archinov responde, sem saber, a Malatesta sobre a questão dos congressos:

“Qual seria o valor de um congresso que se limitasse a emitir ‘opiniões’ e não se encarregasse de colocá-las em prática na vida? Nenhum. Em um movimento de grande porte, uma responsabilidade meramente moral e não organizacional perde todo o seu valor.”<sup>5</sup>

---

4 E. Malatesta, “Um projeto de organização anarquista” *Le Réveil anarchiste*, 1º e 15 de outubro de 1927.

Versão em italiano: [https://www.nestormakhno.info/italian/mal\\_repl.htm](https://www.nestormakhno.info/italian/mal_repl.htm)

5 Piotr Archinov, “L’ancien et le nouveau dans l’anarchisme (Réponse au camarade Malatesta)”, in Alexandre Skirda, *Autonomie individuelle et force collective*, <https://fr.anarchistlibraries.net/library/alexandre-skirda-autonomie->

No mesmo texto, ele mostra quais foram as consequências na prática do modelo anarquista dominante da época — a constatação vale tanto para a Rússia quanto para a França:

“Nosso movimento era representado por organizações esporádicas, surgindo ora aqui, ora ali, sem que elas próprias tivessem uma noção clara do que queriam e que, na maioria das vezes, desapareciam após algum tempo sem deixar vestígios. É preciso ser desesperadamente ingênuo e tolo para acreditar que os trabalhadores poderiam seguir e participar de tais ‘organizações’ durante a luta social e a construção comunista.”<sup>6</sup>

Para muitos anarquistas da época, a organização em si mesma torna-se o mal, a autonomia, a virtude. Toda organização conduzia, por definição, à centralização e à burocracia. A solução proposta era, portanto, constituir estruturas autônomas, sem vínculos entre si, a não ser que fossem ocasionais; isso significava questionar um dos fundamentos do anarquismo, o federalismo: “O federalismo é parte constitutiva do anarquismo desde o período da Associação Internacional dos Trabalhadores, uma vez que a corrente anarquista se afirma ali por meio de sua crítica ao centralismo e de sua celebração da autonomia”, afirma Marianne Enckell, que tem toda a razão ao esclarecer que é o federalismo “que é o antônimo da centralização, e não a descentralização”<sup>7</sup>.

No entanto, os militantes “antiautoritários”, constatando o que consideravam ser os danos causados pelo *próprio princípio de organização* após o fim da AIT, esvaziaram o federalismo de seu conteúdo e preconizaram a descentralização máxima. Eles se recuaram, primeiro, para o pequeno grupo de afinidades, suposto garante da ausência de burocratização (de “autoridade”), e depois para o indivíduo; a partir daí, não há mais nada a descentralizar. A organização, limitada ao grupo de afinidades, não tem como função analisar uma situação e definir uma linha de ação em comum; sua função é permitir o desenvolvimento de iniciativas individuais. Quando, em *A Ciência Moderna e a Anarquia*, Kropotkin escreve que “buscamos o progresso na maior emancipação do Indivíduo da autoridade do Estado; no maior desenvolvimento da iniciativa individual e na limitação das funções governamentais”, o leitor acaba compreendendo que a organização não é o local onde se elabora coletivamente uma estratégia de luta contra o capital, mas um local onde os indivíduos vêm

---

[individuelle-et-force-collective-les-anarchistes-et-l-organisation-d](#)

6 *Ibid.*

7 Marianne Enckell “Fédéralisme et autonomie chez les anarchistes”, *Réfractons*, nº 8, 2002, p. 8.

expor seus problemas para poderem desenvolver suas iniciativas individuais.<sup>8</sup>

A correspondência entre Malatesta e Makhno após a publicação da “Plataforma” é interessante porque não se limita apenas a divergências sobre a organização; aborda questões estratégicas fundamentais, de identidade que toca na própria natureza do movimento anarquista. Malatesta, figura emblemática do movimento, expressa preocupações com a centralização e o autoritarismo. Segundo ele, a “Plataforma” poderia criar uma estrutura que impõe decisões aos seus membros, limitando assim a liberdade individual e a iniciativa pessoal.

Malatesta pertence a uma corrente anarquista que enfatiza excessivamente as noções de liberdade individual e de iniciativa pessoal a ponto de comprometer a ação coletiva e a obtenção de resultados tangíveis. De fato, o que significa “liberdade individual” e “iniciativa pessoal” em uma organização anarquista cujo objetivo é implementar os meios para derrubar a ordem capitalista e construir uma sociedade sem exploração? Objectivo que, por definição, implica uma ação colectiva? Qual pode ser então a margem de “liberdade individual” e de “iniciativa pessoal” do militante? Tem-se a impressão de que, para Malatesta, a iniciativa pessoal torna-se um fim em si mesmo, em detrimento de uma visão comum que poderia reunir e mobilizar um número maior de pessoas.

A ênfase na liberdade individual pode levar à fragmentação dos esforços. Cada indivíduo, ao buscar exercer a sua liberdade e seguir a sua própria iniciativa, pode negligenciar a importância da coordenação e da cooperação necessárias para levar a cabo ações colectivas eficazes.

Archinov dirá a esse respeito:

“A atividade prática de um membro da organização encontra-se naturalmente em plena harmonia com a atividade geral e, inversamente, a atividade de toda a organização não poderia estar em contradição com a consciência e com a atividade de qualquer um de seus membros, se ele aceitou o programa que funda a organização.”<sup>9</sup>

O revolucionário italiano defende uma visão do anarquismo baseada na autonomia, onde cada indivíduo e grupo pode expressar-se e agir de acordo com suas convicções, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da

---

8 Na mesma obra, Kropotkin define assim o anarquismo: “Na luta entre o Indivíduo e o Estado, o Anarquismo, assim como seus antecessores do século XVIII, está do lado do Indivíduo contra o Estado, da Sociedade contra a Autoridade que a oprime.” Quase acabamos esquecendo que existem explorados e exploradores.

9 P. Archinov, “L'ancien et le nouveau dans l'anarchisme”.

diversidade de opiniões e métodos dentro do movimento. Malatesta teme que uma organização centralizada transforme o movimento em burocracia, sufocando os princípios fundamentais do anarquismo. Insiste na necessidade de uma cooperação voluntária e de uma solidariedade autêntica, preferindo uma estrutura descentralizada onde a atividade se desenrole em pequenos grupos.

Malatesta desenvolve uma interpretação do federalismo próxima da de Kropotkin: trata-se, segundo ele, de uma forma de organização baseada em associações livres e voluntárias onde os grupos locais se agrupam para formar federações sem que isso implique uma autoridade centralizada: os indivíduos podem se auto-organizar sem serem submetidos a um poder coercivo. Trata-se, na realidade, de uma forma de horizontalismo sem verdadeira estruturação que vai contra o federalismo tal como foi concebido por Proudhon e Bakunin, para quem o federalismo era menos uma forma de organizar os indivíduos do que uma forma em que grupos constituídos por trabalhadores nas empresas [“seções profissionais”] e localidades [“seções locais”] se uniram com vista a deliberar coletivamente sobre um projeto comum, e elegem uma instância encarregada de aplicar as decisões tomadas. O problema não se coloca em termos de autoridade ou de não-autoridade, mas em termos de aplicação das decisões tomadas.

Segundo Malatesta, fica-se a impressão de que o militante anarquista navega por definição numa organização constituída por um pequeno número de pessoas que se dedicam a atividades que permitem a “liberdade individual” de se expressar e onde o indivíduo desenvolve o seu eu íntimo. Existem outros lugares para isso.

Por outro lado, Makhno, que tem experiência direta da luta revolucionária na Ucrânia, defende uma responsabilidade coletiva dentro do movimento anarquista. Ele sustenta que para serem eficazes, os anarquistas devem se organizar de forma unificada para guiar as massas. Para ele, esta responsabilidade coletiva não compromete a autonomia individual, mas permite coordenar os esforços e aumentar o impacto das ações anarquistas. Makhno também destaca a importância de uma organização estável que possa mobilizar os trabalhadores e lhes fornecer as ferramentas necessárias para lutar contra a opressão. Ele teme que, sem uma organização desse tipo, o anarquismo corre o risco de se fragmentar e perder sua influência nas lutas sociais. Sublinha que a organização é essencial para articular propostas concretas e para guiar as massas rumo a uma transformação social radical.

No contexto do movimento anarquista francês da década de 1920, uma das características marcantes foi a ênfase na liberdade individual e autonomia pessoal. Embora esses princípios sejam fundamentais para o anarquismo, sua supervalorização levou a consequências significativas na dinâmica coletiva do movimento.

O anarquismo individualista, que influenciou muito o movimento anarquista francês, defende a primazia do indivíduo sobre a coletividade e insiste no fato de que o indivíduo deve se libertar de todas as restrições, incluindo aquelas impostas por organizações coletivas. Esta visão encontrou um eco particularmente forte na corrente “individualista” do movimento anarquista, onde a liberdade individual era frequentemente considerada sagrada e inalienável, mas sua influência foi tão forte que permeou até mesmo a corrente anarquista-comunista.

Consequentemente, a ênfase na liberdade individual levou a uma forma de anarquismo que valoriza mais a expressão pessoal e a iniciativa individual, em detrimento da necessidade de uma ação coletiva coordenada. Os ativistas frequentemente consideraram que qualquer forma de organização ou estrutura coletiva poderia impedir essa liberdade, gerando desconfiança em iniciativas que exigiam consenso ou decisão coletiva.

Após a Revolução Russa, o movimento anarquista enfrentou desafios sem precedentes, incluindo a ascensão do bolchevismo e a repressão das ideias anarquistas. Os anarquistas tiveram que navegar por uma paisagem onde as lutas de classe eram exacerbadas. Malatesta estava consciente dos perigos da centralização e da burocratização. Ele via os fracassos das revoluções passadas como advertências contra a formação de estruturas autoritárias, mesmo sob o disfarce de boas intenções. Makhno, por sua vez, foi um *produtor* dessas lutas. Ele viu a eficácia de uma organização bem estruturada em contextos de guerra e revolução.

Um aspecto central de sua correspondência é a forma como os anarquistas deveriam se envolver com o movimento operário. Malatesta salientava a importância de preservar a autonomia dos trabalhadores e não se deixar dominar pelas estruturas autoritárias que podem surgir dentro dos sindicatos e dos partidos políticos. Ele teme que o envolvimento demasiado formal dos anarquistas no movimento operário os leve a comprometer seus ideais. ele escreve que “o movimento operário é para mim apenas um meio, o melhor evidentemente de todos os meios que nos são oferecidos. Este meio, recuso-me a tomá-lo como um objetivo, e nem mesmo eu gostaria que ele nos fizesse perder de vista o conjunto das nossas concepções anarquistas, ou mais simplesmente nossos outros meios de propaganda e agitação”; ele “lamenta que muitos de nós, caindo no excesso contrário, se deixem absorver por este mesmo movimento”.<sup>10</sup>

Makhno, por sua vez, vê uma oportunidade nesta interação, afirmando que a colaboração com os sindicatos é essencial para criar um movimento de massas capaz de derrubar o sistema capitalista e estatal. Para Malatesta, o anarquismo não é a teoria do proletariado que lhe permite compreender a sociedade capitalista e organizar-se contra ela, que lhe abre perspectivas

---

10 Malatesta, discurso no Congresso Anarquista Internacional em Amsterdã, 1907.

para a construção de uma sociedade sem exploração. O anarquismo parece ser uma doutrina no abstrato, e não uma teoria elaborada através da luta de classes pela experiência duramente adquirida do proletariado. Não é a experiência de luta dos trabalhadores que seria teorizada – como tinha feito Bakunin – mas uma teoria fabricada a partir de um certo número de pressupostos filosóficos e da qual o proletariado seria o instrumento de realização privilegiado. Que se julgue:

“Repito, é preciso que os anarquistas entrem nas uniões operárias. Primeiro para fazer propaganda anarquista; depois porque é o único meio de termos à nossa disposição, no dia seguinte, grupos capazes de tomar em mãos a direção da produção.”<sup>11</sup>

Notemos que Malatesta não diz: “É o único meio para a *classe trabalhadora* tomar em mãos a direção da produção”, mas: “É o único meio *para nós* (os anarquistas) de ter à nossa disposição”, etc.

Malatesta, diz Arianne Miéville em sua introdução ao Congresso de Amsterdã, pensa que “o sindicato é reformista, mas dentro dele os anarquistas devem permanecer puros, devem ser e permanecer revolucionários. É por isso que certas tarefas lhes são proibidas”, como tornar-se permanentes sindicais. Assim, em 1925, Malatesta escreveu;

“se é realmente necessário transigir, ceder, chegar a contatos impuros com a autoridade e com os patrões para que a organização viva ou porque os sindicalizados sentem necessidade disso ou porque essa é a sua vontade, seja. Mas que sejam os outros a fazê-lo e não os anarquistas.”<sup>12</sup>

Em outras palavras, os anarquistas não devem sujar as mãos.

Os anarquistas devem se filiar aos sindicatos para fazer propaganda anarquista, mas *não* para assumir cargos! Como se os trabalhadores fossem dar o menor crédito a oradores que não querem sujar as mãos e se recusam a

---

11 *Ibid.*

12 Malatesta, *Pensiero e Volontà*, 16 abril 1925, in *Malatesta, Ecris choisis* III, *op. cit.*, p. 14.

É verdade que, como às vezes acontece, Malatesta diz uma coisa e o seu contrário. De fato, em outro trecho, ele escreve: “Nós, nos últimos anos, nos aproximamos dos diversos partidos de vanguarda para uma ação prática e sempre saímos mal disso. Devemos, por isso, isolar-nos, fugir dos contatos impuros e não agir — ou tentar agir — a não ser quando pudermos fazê-lo com nossas próprias forças e em nome de nosso programa integral? Não acredito nisso.” Mas, nessa passagem, não se trata de luta sindical, e sim de atividade como anarquistas “específicos”. (*Rivoluzione et lotta quotidiana*, 6. L'alluvione fascista. [www.liberliber.it](http://www.liberliber.it))

se envolver de forma concreta! Além de que a atitude de Malatesta se assemelha estranhamente à hipocrisia religiosa (os “contatos impuros”), ela leva, literalmente, a dar carta branca às outras correntes políticas nos sindicatos.

Ariane Miéville e Maurizio Antonioli observam, com toda razão:

“Essa estratégia parece dificilmente viável. É um pouco como pedir aos anarquistas que andem na lama sem sujar os pés. Como ter qualquer credibilidade em um sindicato se deixamos as responsabilidades e o cuidado de conduzir as negociações para as outras *correntes* políticas?”

“O ponto de vista de Malatesta pode ser explicado de duas maneiras. Em primeiro lugar, ele não era um verdadeiro sindicalista. Será que alguma vez na vida ele foi assalariado? Não sabemos.<sup>13</sup> Seus biógrafos o descrevem ora como aprendiz de mecânico com um velho camarada, ora como garimpeiro de ouro na Argentina, vendedor de doces nas ruas de Londres, novamente como mecânico ou eletricitista em sua própria oficina... Mas talvez isso não seja o essencial.”<sup>14</sup>

Makhno tem menos escrúpulos; ele vê no sindicato uma oportunidade de engajamento ativo. Ele argumenta que os anarquistas não devem apenas interagir com o movimento operário, mas também tentar influenciar seus objetivos e métodos. Para ele, uma colaboração com os sindicatos e as organizações operárias é essencial para fazer avançar a causa anarquista e criar um movimento de massas capaz de derrubar o sistema capitalista e estatal.

Malatesta, por outro lado, desconfia desta ideia. Para ele, a responsabilidade coletiva pode facilmente levar ao abuso de poder e à supressão da liberdade individual. Ele argumenta que cada indivíduo deve permanecer responsável por suas próprias ações e que a liberdade de opinião e expressão deve ser preservada dentro do movimento. Assim exposta, a questão permanece contudo totalmente abstrata: quando os grupos de assalto da CNT e da FAI invadiram os quartéis em julho de 1936,

---

13 Sobre a origem de sua renda, vários relatórios policiais concordam em afirmar que “uma tia muito rica lhe enviava anualmente de 4 a 5 mil F” “Relatório sobre os anarquistas italianos refugiados em Londres”, *Paris, 20 de maio de 1895*, Prefeitura de Polícia, 3ª Divisão, 1º Departamento. Fonte: *À contretemps*, n.º 36, janeiro de 2010. (Confirmado por outro relatório policial de 18 de maio de 1895.)

14 *Anarchisme et syndicalisme. – Le congrès anarchiste international d’Amsterdam (1907)*. Introduction d’Ariane Miéville et Maurizio Antonioli. Nautilus/Éditions du Monde libertaire, 1997.

distribuíram as armas e quebraram a tentativa de golpe fascista na Catalunha, os militantes não colocavam o problema em termos de “responsabilidade individual” ou “responsabilidade coletiva”, nem em termos de liberdade de opinião e expressão. Era necessário agir rapidamente e a eficácia de tal ação só foi possível porque havia sido preparada com bastante antecedência.

Malatesta comentou o projeto de “Plataforma de organização da união geral dos anarquistas”, considerando-a impraticável e susceptível de sufocar a diversidade dentro do movimento. Ele examinou as implicações desta iniciativa para a causa anarquista como um todo. Reconhece, em primeiro lugar, que os anarquistas “não tiveram e não têm influência sobre os acontecimentos político-sociais na proporção do valor teórico e prático de suas doutrinas”. Propõe uma alternativa baseada na autonomia e responsabilidade individual, defendendo uma organização descentralizada, flexível que respeite a liberdade de ação e expressão de cada um. Partilha a opinião dos autores do projecto de Plataforma segundo a qual a ausência de uma organização eficaz e coerente é uma das principais razões desta falta de impacto. Defende a ideia de que a organização, como prática de cooperação e solidariedade, é uma condição natural e necessária para a vida social. Ele enfatiza que o anarquismo deve basear-se nos princípios da organização livre, “criada e mantida pelo livre arbítrio de seus componentes sem qualquer tipo de autoridade, ou seja, sem que ninguém tenha o direito de impor sua própria vontade aos outros”.

Confesso não entender o que pode ser uma organização criada pelo “livre arbítrio” de seus membros, sem “autoridade”, sem que ninguém dentro da organização possa “impor sua vontade” aos outros. A criação de uma organização é inevitavelmente o resultado da livre escolha das pessoas que decidem criá-la, seja num contexto em que existe o direito de associação ou não: no segundo caso é uma organização clandestina que é criada pela “livre escolha” dos seus constituintes. O fato de que nesta organização as decisões sejam tomadas e aplicadas “livremente” sem que os aderentes sejam obrigados a fazê-lo é uma banalidade, e se surgirem desvios autoritários ou burocráticos, é da responsabilidade dos aderentes, e só deles, remediá-los; e se não conseguirem fazê-lo, não é a “autoridade” enquanto conceito metafísico que deve ser incriminada, mas sim os próprios aderentes que não souberam implementar as medidas de controle necessárias. E se, nesta organização, surgirem orientações diferentes, sendo uma majoritária e a outra minoritária, não devemos ver isso como o confronto do Bem e do Mal, mas duas orientações possíveis dentro de um mesmo ambiente, de um mesmo sistema de pensamento. E se o “indivíduo” se sente apesar de tudo “oprimido” pelo fato de não estar do lado da maioria, resta-lhe a “liberdade” de deixar a organização (e de criar outra).

Malatesta, de quem já disse que era dotado de muito bom senso, era um pragmático. O que ele diz sobre a liberdade, quando fala dela de forma abstrata, muda sensivelmente quando confrontado com a realidade: a organização é, na verdade, o único remédio contra a autoridade e o único meio para que cada um de nós se acostume a participar ativa e conscientemente do trabalho coletivo, e deixe de ser um instrumento passivo nas mãos dos líderes. Se nada for feito e houver inação, diz ele, então não haverá nem quem comande nem quem seja comandado:

“Mas uma organização, dizem, pressupõe a obrigação de coordenar a própria ação e a dos outros, portanto, de violar a liberdade e suprimir a iniciativa. Parece-nos que o que realmente retira a liberdade e torna impossível a iniciativa, é o isolamento, que torna impotente. A liberdade não é um direito abstrato, mas a possibilidade de fazer algo. Isso é verdade tanto para nós quanto para a sociedade em geral. É na cooperação com os outros que o homem encontra o meio de exercer sua atividade, seu poder de iniciativa.

“Evidentemente, organização significa a coordenação de forças em prol de um objetivo comum e a obrigação de não realizar ações contrárias a esse objetivo. Mas quando se trata de organização voluntária, quando aqueles que dela fazem parte têm realmente o mesmo objetivo e defendem os mesmos meios, a obrigação recíproca que os compromete a todos resulta vantajosa para todos. Se alguém renuncia a uma de suas ideias pessoais por respeito à união, isso significa que considera mais vantajoso abrir mão de uma ideia — que, aliás, não poderia concretizar sozinho — do que privar-se da cooperação dos demais naquilo que acredita ser de maior importância.

“Se, posteriormente, um indivíduo perceber que ninguém, nas organizações existentes, aceita suas ideias e seus métodos em sua essência e que em nenhuma delas ele pode desenvolver sua personalidade como deseja, então fará bem em permanecer de fora. Mas, nesse caso, se não quiser permanecer inativo e impotente, deverá procurar outras pessoas que pensem como ele e tornar-se o iniciador de uma nova organização.”<sup>15</sup>

Malatesta contesta a ideia de que qualquer forma de organização seria sinônimo de autoritarismo. Ele afirma que os debates dentro do movimento

---

15 Malatesta, *L'organisation*, 1897, deuxième partie.  
[https://www.antimythos.fr/individus/malatesta\\_errico/me\\_1\\_organisation\\_2.pdf](https://www.antimythos.fr/individus/malatesta_errico/me_1_organisation_2.pdf)

anarquista muitas vezes se concentram na forma e não no conteúdo, e que mesmo aqueles que se declaram contrários à organização frequentemente acabam agindo de maneira organizada quando se trata de realizar ações concretas. Isso mostra que a organização é inevitável, e que o verdadeiro problema reside no método, não no princípio.

O movimento operário, reconhece o revolucionário italiano, é hoje a principal força de transformação social no contexto da sua época. Os sindicatos permitem aos trabalhadores tomarem consciência da sua opressão e unirem-se para reivindicar melhorias. No entanto, Malatesta adverte contra a ideia de que o movimento operário, só por sua existência, poderia levar a uma revolução social verdadeiramente anarquista. Critica a abordagem materialista e de curto prazo de alguns sindicatos, que podem, em vez de instaurar uma mudança profunda, reforçar as estruturas existentes e criar novas classes privilegiadas: “...seria uma grande e fatal ilusão acreditar, como muitos fazem, que o próprio movimento operário pode e deve, por sua própria natureza, conduzir a tal revolução.”<sup>16</sup>

Para contrariar esta tendência, ele expressa a necessidade de criar “organizações puramente anarquistas”, que lutem tanto dentro como fora dos sindicatos, fiéis aos princípios anarquistas. Essas organizações devem não apenas defender os interesses dos trabalhadores, mas também promover uma visão mais ampla da sociedade anarquista, educando os membros e promovendo a consciência coletiva; elas não devem ser “poluídas pelo espírito de autoritarismo”. Malatesta insiste no fato de que estas organizações devem permitir um desenvolvimento harmonioso da iniciativa individual e da cooperação, e coloca a seguinte pergunta: O projecto o projeto da plataforma organizacional em questão dá resposta a estas exigências?”

“Acho que não. Acho que, em vez de fazer nascer nos anarquistas um maior desejo de se organizar, parece ser feito para confirmar o preconceito de muitos camaradas que pensam que se organizar é submeter-se a chefes, aderir a um organismo autoritário, centralizador, sufocando toda a livre iniciativa. Com efeito, nestes estatutos estão expressas precisamente as propostas que alguns, contra a evidência e apesar dos nossos protestos, se obstinam em atribuir a todos os anarquistas qualificados de organizadores.”<sup>17</sup>

---

16 Malatesta, “Un projet d’organisation anarchiste”, *Le Réveil anarchiste des 1er et 15 octobre 1927*, 1927.

[https://fr.wikisource.org/wiki/Un\\_projet\\_d%E2%80%99organisation\\_anarchiste](https://fr.wikisource.org/wiki/Un_projet_d%E2%80%99organisation_anarchiste)

17 E. Malatesta, “Un projet d’organisation anarchiste”, *Le Réveil anarchiste*, 1er et 15 octobre 1927.

Mais uma vez, temos a impressão de que o objetivo da organização não é definir coletivamente um programa e modalidades de ação, mas sim permitir a “livre iniciativa” dos indivíduos.

Malatesta é muito cético à ideia de unir todos os anarquistas em uma “União geral”. Esta abordagem, diz ele, é impraticável, pois não leva em conta as diferenças de contexto, estratégia e temperamento entre os anarquistas. Segundo ele, tal união poderia se tornar um obstáculo à atividade individual e gerar conflitos internos. Ele também ressalta que os autores da plataforma parecem querer excluir outras correntes anarquistas, o que é contrário ao espírito de liberdade e diversidade que caracteriza o movimento. Recordemos que os redatores da Plataforma não tinham nenhuma intenção de agrupar *todos os anarquistas* numa mesma organização: pretendiam fazer uma seleção e afastar todos os elementos pequeno-burgueses.

A noção de responsabilidade colectiva está no centro do seu desacordo.

Malatesta critica essa noção, que é introduzida no projeto. Ele explica que se a união é responsável pelas ações de cada um dos seus membros, isso limita a liberdade individual e impõe uma forma de controle autoritário. Ele destaca as contradições desta ideia, questionando como um indivíduo pode ser responsável por ações que não pode controlar ou sobre as quais não é informado previamente. Esta dinâmica poderia levar a um governo de facto no seio do movimento anarquista, o que é incompatível com os valores anarquistas.

Makhno afirma que a responsabilidade coletiva é essencial para fortalecer a coesão e a eficácia do movimento. Ele acredita que os anarquistas devem estar preparados para agir juntos, tomar decisões coletivas e assumir as consequências dessas decisões. Esta abordagem visa criar uma direção comum que possa guiar as ações anarquistas em um contexto de luta.

Malatesta propõe uma visão alternativa para a organização anarquista, baseada na autonomia total e responsabilidade individual. Ele defende acordos livres entre aqueles que desejam se unir para alcançar um objetivo comum, preservando a liberdade de expressão e ação de todos. Sublinha que as decisões das assembleias não devem ser vinculativas, mas sim servir de sugestões e orientações, permitindo assim a cada membro escolher o seu próprio caminho.

Malatesta termina seu texto reconhecendo que os companheiros russos poderiam considerar suas ideias ineficazes, principalmente devido à admiração que eles têm pela forma como os bolcheviques organizaram o movimento. No entanto, ele adverte contra o risco de sacrificar os valores anarquistas em favor da eficiência material que poderia levar a um resultado semelhante ao observado na Rússia com o socialismo e o comunismo.

A análise das ideias de Malatesta revela uma contradição fundamental em sua abordagem do anarquismo: embora defenda a exaltação da “liberdade individual”, ele nunca consegue definir claramente o que isso significa no contexto de lutas que, por sua própria natureza, são coletivas. Essa ausência de definição levanta questões cruciais sobre a viabilidade de sua visão anarquista. Ao insistir no individualismo, Malatesta certamente não ignora que os verdadeiros avanços revolucionários só podem ser alcançados por meio de uma ação coletiva coordenada; ele reconhece, em princípio, que a liberdade individual só pode florescer em um contexto de solidariedade e luta coletiva, mas sua abordagem do problema deixa espaço para uma fragmentação do movimento anarquista.

Essa fragmentação, longe de ser um símbolo de liberdade, torna-se um obstáculo à verdadeira emancipação dos oprimidos. Os ideais anarquistas, se não se traduzirem em uma organização eficaz e um compromisso comum, correm o risco de se diluir em um individualismo estéril, incapaz de desafiar as estruturas opressivas do capitalismo e do autoritarismo.

A verdadeira emancipação não reside em uma busca por autonomia pessoal desconectada, mas na construção de um movimento que una os indivíduos em torno de objetivos comuns, capazes de transformar radicalmente a sociedade. Nesse sentido, o anarquismo deve se afirmar como um projeto coletivo, onde a liberdade individual floresce não em oposição, mas em sinergia com a solidariedade e a ação coletiva.